



REDE MOÇAMBICANA DOS  
DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS

**RMDDH**

Sexta - feira, 8 de Abril de 2022 | Ano 03, n.º 20 | Director: Prof. Adriano Nuvunga | Português

# Relatório do lançamento do Estudo sobre a Situação e Necessidades dos Defensores de Direitos Humanos e Jornalistas em Moçambique

A Rede Moçambicana dos Defensores de Direitos Humanos (RMDDH) e a Southern Africa Human Rights Defenders Network (Southern Defenders), em parceria com a African Defenders, realizaram um evento público de lançamento dos resultados do estudo sobre a Situação e Necessidades dos Defensores de Direitos Humanos e Jornalistas em Moçambique, no dia 01 de Abril de 2022, na cidade de Pemba, Cabo Delgado.



O evento decorreu na sala de conferências do Pemba Express Hotel e contou com a participação de representantes de organizações da sociedade civil, defensores de Direitos Humanos, jornalistas, representantes do Governo e parceiros de cooperação. Entre os participantes, destaque vai para a representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) em Cabo Delgado, Dra. Manuela Cruz; o Presidente do Conselho Provincial da Ordem dos

Avogados de Moçambique, Dr. Momade Bacar; o Presidente da Comissão Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), Dr. Luís Bitone; o Director Executivo do MISA Moçambique, Professor Ernesto Nhanale; o Director Executivo da Southern Defenders, Washington Katema; a Directora Executiva da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados de Moçambique, Ferosa Zacarias; e o representante da Direcção Provincial da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, Dr. Hermenegildo Muapala.



Dra. Manuela Cruz, ACNUDH



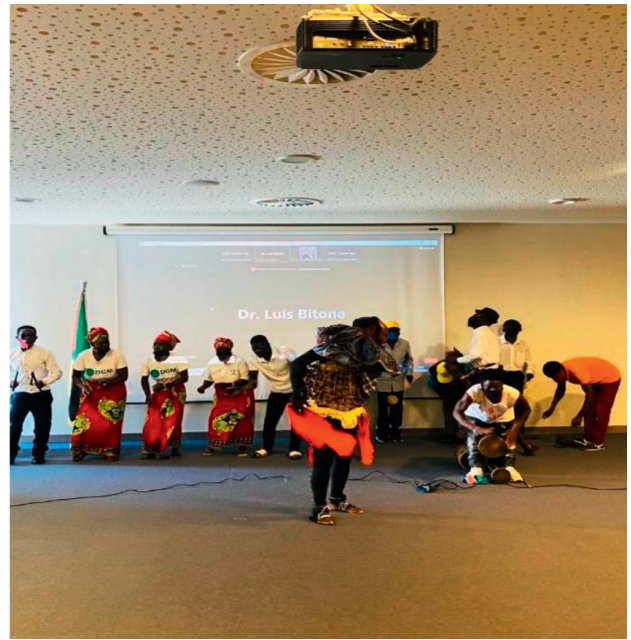
Momade Bacar, OAM

O estudo foi realizado pela RMDDH e apurou, por um lado, as principais características do espaço cívico moçambicano e segurança para os Defensores de Direitos Humanos e Jornalistas em 2021 e, por outro, as necessidades destes no âmbito das suas actividades de proteger a dignidade humana e impedir o fechamento do espaço cívico.

Os resultados do estudo foram publicados em dois relatórios, nomeadamente o “Relatório sobre a Situação dos Defensores de Direitos Humanos em Moçambique Referente ao Ano de 2021” e o “Defendendo o Espaço Cívico & Protegendo os Defensores dos Direitos Humanos em Moçambique”.

A apresentação dos resultados do estudo foi feita pelo Director da Southern Defenders, Washington Katema, e pelo advogado de Direitos Humanos, João Nhamossa, e seguiu um debate, no qual Defensores de Direitos Humanos em Moçambique e Jornalistas discutiram e avaliaram a situação do espaço cívico em Moçambique e dos Defensores de Direitos Humanos em contextos locais.

A RMDDH é uma iniciativa da sociedade civil moçambicana que tem como objectivo fortalecer a capacidade e a resiliência dos Defensores de Direitos Humanos, bem como melhorar a protecção e segurança no âmbito da sua missão de promoção e defesa de Direitos Humanos.



Faz parte da Southern Defenders, que é a entidade ao mais alto nível das organizações da sociedade civil de toda a região da África Austral que advoga pela protecção de Direitos Humanos e dos respectivos defensores. O objectivo do evento era de criar um espa-

ço de informação e debate sobre a situação e as necessidades dos Defensores dos Direitos Humanos e Jornalistas em Moçambique, enquanto entidades que promovem a abertura do espaço cívico e defesa dos Direitos Humanos.







**“São vários os exemplos documentados e não documentados à escala nacional que ilustram ou sustentam a precária situação e riscos que os Defensores dos Direitos Humanos enfrentam no nosso País”, Dr. Luís Bitone, Presidente da CNDH.**

O Presidente da Comissão Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), Dr. Luís Bitone, mencionou os desafios que os Defensores de Direitos Humanos enfrentam no exercício das suas actividades. “São vários os exemplos documentados e não documentados à escala nacional que ilustram ou sustentam a precária situação e riscos que os Defensores dos Direitos Humanos enfrentam no nosso País”, disse Dr. Luís Bitone, em jeito de notas de abertura do evento.

“Com efeito, vários Defensores de Direitos Humanos são mortos, torturados, sujeitos à tratamentos cruéis, desumanos e degradantes, detidos arbitrariamente, impedidos de exercer a sua missão, intimidados e forçados a fugirem das suas zonas de residência à procura de locais mais seguros”, acrescentou.

A criação da RMDDH constitui uma oportunidade ímpar para a garantia dos direitos dos Defensores dos Direitos Humanos em Moçambique e, por isso, a CNDH sempre apoiou,



Dr. Luís Bitone, Presidente da CNDH.

desde os primeiros momentos, esta iniciativa e participou em quase todos os momentos relevantes da sua criação.

O Presidente da CNDH aproveitou a ocasião para felicitar e encorajar todas as orga-

nizações da sociedade civil, sob a direcção do Centro para Democracia e Desenvolvimento (CDD), na pessoa do Prof. Adriano Nuvunga, pela concretização desta iniciativa.

O Director Executivo do MISA Moçambique, durante o evento de lançamento do Estudo sobre a Situação e Necessidades dos Defensores de Direitos Humanos, lamentou a atitude das Forças de Defesa e Segurança (FDS) em relação aos activistas de Direitos Humanos e Jornalistas. “Infelizmente, assistimos desde o início do conflito (em Cabo Delgado), nos anos 2017, situações trágicas em que as FDS encontraram nos activistas de direitos humanos e jornalistas que na sua tentativa de ajudar a esclarecer o problema e contribuir para a sua solução, os culpados pelo problema de insurgência.



## **“É necessário garantir para além de mecanismos de protecção para Defensores e Defensoras, o seu contínuo acesso à informação”, Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Dra. Manuela Cruz**

O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, representado pela Dra. Manuela Cruz, congratulou a RMDDH pela iniciativa e pelo espaço criado para entender a situação dos Defensores de Direitos Humanos e também por promover o fortalecimento do espaço cívico em Cabo Delgado. “Para além de mecanismos de protecção para Defensores e Defensoras, é necessário garantir o seu contínuo acesso à informação, o engajamento no diálogo, a sua liberdade de expressão para discordâncias e desacordos, e a liberdade de reivindicação da realização dos direitos humanos para todos e todas”, disse a Dra. Manuel Cruz.

Os Defensores e Defensoras dos Direitos Humanos são actores-chave para as comunidades, pois actuam de forma activa em temáticas de Direitos Humanos importantíssimas, desde o direito à vida, à alimentação adequa-



Dra. Manuela Cruz, ACNUDH

da, à água, à educação, à liberdade, à não-discriminação, os direitos ambientais no âmbito da exploração de recursos naturais, o direito

ao trabalho digno, o direito à terra e à moradia adequada, entre muitos outros direitos humanos, acrescentou.

## **“O ordenamento jurídico moçambicano pune situações de violação dos Direitos Humanos, mas convivemos com situações de impunidade daqueles que ameaçam ou atacam os Defensores de Direitos Humanos e Jornalistas”, Presidente do Conselho Provincial da OAM de Cabo Delgado, Dr. Momade Bacar**

Durante o evento de lançamento do Estudo sobre a Situação e Necessidades dos Defensores de Direitos Humanos, em Cabo Delgado, o Presidente do Conselho Provincial da OAM de Cabo Delgado, Dr. Momade Bacar, mencionou a impunidade que se verifica quando há casos de violação dos Defensores de Direitos Humanos em Moçambique. “O ordenamento jurídico moçambicano pune as situações de violação dos Direitos Humanos, mas convivemos com situações de impunidade daqueles que ameaçam ou atacam os Defensores de Direitos Humanos e jornalistas”, disse Dr. Momade Bacar.



Momade Bacar, OAM





**Autor:** Sheila Nhancale

